

Parte I - Conceitos de cidade e campo – da dicotomia à
relação cidade-campo
**Capítulo 2 - Notas sobre as relações cidade e campo: um
esforço de síntese**

Sonale Vasconcelos de Souza
Doralice Sátyro Maia

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, S. V., and MAIA, D. S. Notas sobre as relações cidade e campo: um esforço de síntese. In: MARAFON, G. J., and COSTA, E. M., eds. *Cidade e campo: olhares de Brasil e Portugal* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 27-55. ISBN: 978-65-87949-05-5.
<https://doi.org/10.7476/9786587949055.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 2

Notas sobre as relações cidade e campo: um esforço de síntese

Sonale Vasconcelos de Souza
Doralice Sátyro Maia

Introdução

Discutir sobre a relação cidade e campo é uma tarefa complexa, pois esse tema pode ser abordado a partir de vários vieses diferentes¹. Esse texto foi originalmente produzido em momentos diversos, pois o tema constituiu a temática de pesquisas anteriores e que ora recuperamos e reunimos, atualizando a nossa discussão.

Além disso, vale lembrar que se trata de uma relação que, ao longo do tempo, devido à intensificação da divisão do trabalho e à modernização do campo, tem passado por várias transformações que têm contribuído para o surgimento de novas formas e novos conteúdos. Williams (2011 [1973], p. 471), buscando entender as mudanças ocorridas no século XVIII, na Inglaterra, assevera que:

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas, intermediárias e novas.

¹ Referimo-nos às pesquisas de mestrado de Sonale Vasconcelos (2013) e de Doralice Maia (1994), à tese de Doralice Maia (2000), além de artigos e trabalhos publicados que tratam da temática.

Williams (2011 [1973]) tem como objetivo compreender as modificações que estavam ocorrendo na passagem do século XVIII para o século XIX na Inglaterra. Para isso, utiliza uma abordagem histórica social e literária. A partir da citação anterior, podemos notar que o autor do livro *O campo e a cidade na história e na literatura* dá ênfase à perspectiva histórica como um ponto crucial para se entender as transformações ocorridas entre a cidade e o campo. Visando a entender o “presente”, ele retorna ao passado, utilizando obras literárias. Tal perspectiva corresponde ao que Maurício de Abreu denominou de “presente de então”, ou de um “presente histórico”, já trabalhado por outros autores como Darby (Abreu, 2000, p. 18).

O movimento de análise realizado por Williams, que se caracteriza pelo constante regresso ao passado para compreender o presente, é chamado por ele de “escada rolante”. O autor propõe que esse movimento pode ser uma pista importante para o entendimento dos fatos. Dessa maneira, com o intuito de elaborar uma análise acerca da relação cidade-campo, pretendemos voltar ao passado para decifrar como ocorreu a formação das duas concretudes espaciais, cidade e campo, e como se apresentaram ao longo do tempo, para expressarmos algumas ideias sobre elas na sociedade contemporânea.

A cidade e o campo têm características próprias, tanto em relação ao que é produzido quanto ao conteúdo das relações sociais e culturais. No entanto entendemos que um só pode ser analisado a partir do outro, ou levando em consideração a relação entre ambos. A relação cidade-campo, embora apresente semelhanças em diferentes contextos históricos e espaciais, em cada espaço-tempo, manifestam características únicas, que são resultados da convergência de fatores internos e externos. É importante frisar que, em diferentes países, essa relação não se apresenta com as mesmas características, e em regiões e cidades de um mesmo país, como o Brasil, tal relação tem particularidades.

Nesse sentido, ressaltamos que, para analisar a relação cidade-campo, devemos partir da compreensão do processo histórico, pois, só por meio do seu entendimento, poderemos esclarecer a realidade atual. Lefebvre (1991 [1969], p. 184) afirma que, para “conhecer um objeto ou um fenômeno é [necessário] justamente não considerá-lo como sendo isolado, não deixá-lo *passivamente* no *hic et nunc*, no aqui e no agora. É investigar suas *relações*, suas *causas*”. Para esse autor, assim como o conhecimento, a realidade está em constante movimento, por isso é imprescindível retornar ao passado para compreender o período atual. Assim, apresentaremos uma síntese de como se processou a

relação cidade-campo no transcurso histórico e, em seguida, analisaremos as peculiaridades dessa relação no contexto histórico brasileiro.

Relação cidade-campo a partir da divisão do trabalho

Para dialogar sobre a relação cidade-campo, nossa investigação partiu dos autores que refletiram sobre tal relação, mostrando que é imprescindível abordar a divisão do trabalho, pois, a partir dela, é possível conhecer o papel que a cidade e o campo desempenharam ao longo do tempo histórico.

No transcurso do tempo histórico, a separação das configurações espaciais cidade e campo, e, com ela, a divisão do trabalho, sofreu modificações, e a sua intensidade dependia, por sua vez, do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. Como escreveu Neil Smith (1988), “a separação da cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento como dizia Marx para a divisão do trabalho” (Smith, 1988, p. 164-5).

Na literatura da economia clássica, Adam Smith, na obra *Riqueza das nações*, no livro 3, elabora um estudo sobre a origem da divisão do trabalho, portanto, da divisão do trabalho entre campo e cidade. Aqui, a função do campo é a de fornecer os meios de subsistência e os materiais de manufatura para a cidade, ao mesmo tempo que esta fornece àquele parte do produto manufaturado. O autor também revela que toda a riqueza e a subsistência da cidade provêm do campo, chamando atenção para que, dessa revelação, não se conclua que por isso o ganho da cidade é sinônimo da perda do campo. E define: “a cidade é uma feira, ou mercado, contínuo, ao qual concorrem os habitantes do campo para trocar seu produto bruto pela manufatura [...]” (Smith, 1986, p. 158).

Segundo Marx e Engels (2007 [1932]), antes do surgimento da agricultura no período neolítico, havia apenas grupos organizados em forma de sociedade tribal, na qual não havia diferença entre cidade e campo, e a divisão do trabalho era pouco desenvolvida, pois se limitava a uma divisão social entre membros da família ou da tribo. Sabe-se que o excedente alimentar possibilitou que as comunidades se fixassem em determinado local e que fossem desenvolvidas outras atividades relativas a funções administrativas, políticas, militares e à elaboração do conhecimento e que, a partir de então, o desenvolvimento das forças produtivas provocou uma divisão territorial do trabalho e originou espaços diferenciados de produção: a cidade e o campo.

Assim, considera-se o estabelecimento da divisão do trabalho entre agricultura e a indústria e comércio como princípio para a constituição da denominada cidade capitalista, ou ainda, parte-se do princípio de que a origem da economia urbana dá-se com o surgimento da divisão territorial do trabalho entre campo e cidade, com a divisão dos poderes e de atividades das duas formas espaciais, como bem escrevem Marx e Engels (1984, p. 64):

A cidade é já a realidade da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão. O antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada.

Nesse sentido, é necessário examinar como a relação entre a cidade e o campo se manifestou em contextos históricos diferentes, tendo em vista que, em determinados momentos, o campo demonstrou ser dominante, social e economicamente, e, em outros, a cidade assumiu esse papel. Lefebvre (2001, p. 68) afirma que a relação cidade-campo “mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. Mais ainda, numa mesma época manifestam-se relações bem diferentes”.

Esse autor (1999a [1970]), ao mostrar como se deu o processo de urbanização ao longo de diferentes períodos históricos, aborda como tal processo provocou modificações tanto na cidade quanto em sua relação com o campo. Assim, propõe que se analisem, a partir de uma concepção ampla, três grandes épocas históricas: “a rural, a industrial e a urbana” (1999a [1970], p. 35). Na rural, já se verificava uma visível divisão entre cidade e campo. Entretanto, nessa época, a cidade e o campo passaram por vários momentos diferentes: o primeiro, em que a cidade se caracterizava como política; o segundo, quando houve uma retração da cidade e um amplo domínio do campo; e o terceiro, em que o comércio passou a ser uma função importante na/da cidade.

Na cidade política, característica da Antiguidade, embora houvesse uma divisão do trabalho entre cidade e campo, a cidade mantinha uma relação complementar e harmônica com os territórios circunvizinhos e “organizava, dominava, protegia, administrava, explorava um território, com os camponeses, os habitantes dos vilarejos, os pastores, etc.” (Lefebvre, 1999b, p. 40). As cidades podiam ser consideradas como obras, pois o valor de uso predominava sobre o

valor de troca, e os costumes das pessoas ainda eram mais importantes do que a produção e o consumo. Lefebvre (1969, p. 138) descreve como se caracterizava a cidade e como se dava sua relação com o campo nesse período histórico:

Cada cidade é uma obra e também cada casa. Tudo nela se mistura e se une: objetivos, funções, formas, prazeres, atividades. [...] Entre o campo, as ruas e as casas, não há corte nem confusão; passa-se dos campos ao coração do burgo e das habitações por uma sucessão ininterrupta: árvores, jardins, pórticos e pátios, animais.

No período medieval, com a queda do Império Romano, a maioria das cidades passou por um período de “adormecimento”. Nessa época, o campo, organizado em feudos, tinha um maior adensamento populacional e manifestava-se de modo mais dinâmico e autônomo do que as cidades. Contudo a cidade não deixa de existir e tem uma significativa importância, como bem expôs Le Goff (1992). A cidade antiga, onde, antes, o cotidiano se dava a partir do valor de uso, começa a ser superada pela cidade comercial baseada na troca e no comércio (Lefebvre, 2001).

É então a partir da divisão social do trabalho que a relação campo-cidade compõe o movimento de antítese. Essa oposição, com a expansão da indústria moderna e quando se destitui o campo cada vez mais das atividades não agrícolas, passando a ser ruralizado², parece ser diluída na concretização da vitória da cidade sobre o campo a partir da industrialização da agricultura, ou da urbanização do campo. Como afirma Neil Smith (1988, p. 165), apoiando-se na obra *Grundrisse*, de Karl Marx: “A urbanização do campo, através da industrialização da agricultura, é hoje uma realidade indiscutível e algo que Marx previu”.

O intenso processo de industrialização provocou o crescimento do êxodo rural e aumentou a concentração populacional nas cidades. Por isso, a cidade industrial caracterizou-se por sua intensa expansão sobre o campo. A partir de então, houve uma explosão da cidade tradicional³. Esse movimento, chamado

² Ou seja, “[...] o campo se transforma em agricultura, i.e., indústria separada de alimentos e matérias-primas, dividida, por sua vez, em vários tipos especializados de cultivos, distritos, etc.” (Merrington, 1977, p. 172).

³ Conforme Lefebvre (2001), cidade tradicional está relacionada à cidade anterior ao processo de industrialização, portanto caracteriza-se como uma cidade concentrada, única, que também pode corresponder à cidade histórica.

por Lefebvre (2001) de implosão-explosão, é provocado pela intensificação da urbanização proporcionada pelo processo de industrialização.

Na era industrial, verifica-se a ‘absorção’ do campo pela cidade (localização das primeiras indústrias, obtenção de matérias-primas, migração) e a ‘explosão’ da cidade no campo (extensão do tecido urbano, invasão do campo pela tecnologia, modo de vida e símbolos da cidade, expansão da troca e da mercadoria) (Sobarzo, 2006, p. 71).

A partir de então, a divisão do trabalho, que estabelecia a produção local entre o campo e a cidade, com o desenvolvimento das forças produtivas e da indústria, tornou-se mais complexa, pois passou a organizar tanto o trabalho nos estabelecimentos produtivos (divisão técnica do trabalho) da cidade e do campo quanto a produção e o intercâmbio entre diferentes cidades e nações. Desse modo, o capitalismo passou a explorar cada local de maneira diferenciada conforme seus interesses. Essa progressão da divisão do trabalho é visível no pensamento de Marx e Engels (2007 [1932], p. 47, grifos dos autores), quando afirmam:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, no princípio, à divisão do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e com isso à divisão entre *cidade e campo* e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à divisão entre trabalho comercial e industrial. Ao mesmo tempo se desenvolvem sempre, através da divisão de trabalho no interior desses diferentes setores, diferentes seções entre os indivíduos atuando em conjunto em um determinado trabalho. A posição dessas seções individuais umas contra as outras é condicionada pelo modo de operação do trabalho agrícola, industrial e comercial. As mesmas condições mostram-se, em caso de intercâmbio desenvolvido, nas relações de diferentes nações umas com as outras.

Na linha temporal apresentada por Lefebvre (1999a [1970]), um outro período histórico corresponde ao que denomina sociedade urbana – corresponde à sociedade atual, resultante da implosão-explosão da cidade e em que as relações de produção se modificaram, todavia ainda não foram totalmente transformadas. Segundo o autor, estamos num período em que a distinção entre cidade e campo tende a ser superada, contudo isso não implica o desaparecimento das atividades

agrícolas. Nesse sentido, o que caracteriza cada unidade espacial (a cidade e o campo) permanece, mas a relação entre ambas se transforma, e as formas espaciais se mesclam, surgindo novos conteúdos entre elas. O modo de produção capitalista explora ao máximo o que está disponível, por isso que aparecem cada vez mais “novas” atividades econômicas, como a agroindústria e o turismo rural, que misturam aspectos do campo e da cidade.

Queiroz (1978), já na década de 1970, demonstra uma preocupação com as transformações observadas no campo brasileiro, devido à expansão do urbano e da modernização agrícola. Nesse momento, a autora questiona, sobretudo pensando no estudo dos grupos rurais, se a inserção dos elementos urbanos no campo resultaria numa homogeneização rural-urbana. E, com o intuito de embasar a discussão em torno da relação cidade-campo, ressalta que “as relações entre ambos não teriam sido sempre as mesmas” (Queiroz, 1978, p. 47). Então, visando analisar as modificações pelas quais a relação cidade-campo passou, a autora utiliza três configurações maiores de estrutura e organização social: a sociedade tribal, a sociedade agrária e a sociedade urbana. O entendimento da autora é consonante ao que anteriormente foi apresentado, tendo por fundamento as ideias de Marx e Engels. Vale destacar a sua contribuição no que se refere à “sociedade urbana”, considerada também pela autora citada como sociedade industrial, quando se dá, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico alcançado na cidade e a sua expansão no campo, pois

[...] a cidade se liberou do meio rural no que toca à produção em geral, e se tornou produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário através das máquinas, impondo ao meio rural seu gênero de vida e sua estratificação social de base econômica; a cidade pode então crescer demograficamente de maneira por assim dizer ilimitada, pois seu abastecimento depende antes de mais nada do desenvolvimento tecnológico (Queiroz, 1978, p. 48).

As ideias expostas até o momento correspondem de fato a uma exposição sucinta de como a divisão do trabalho entre cidade e campo se sucedeu ao longo do tempo, para fundamentar a nossa reflexão e de alguma forma apresentar a compreensão do longo processo histórico. É evidente que abordar a divisão do trabalho é fundamental, pois o desenvolvimento das forças produtivas e a especialização da produção proporcionaram o estabelecimento do campo e da cidade,

uma vez que, após a divisão da produção entre ambos, fica impossível pensar na existência da cidade sem o campo e vice-versa.

Verificamos, então, a partir da divisão do trabalho, que a cidade e o campo assumiram características próprias, perceptíveis nas formas e nas funções exercidas por cada espaço. A cidade se tornou não apenas o centro político-administrativo, mas também o local da troca e da produção industrial. Em contraposição, o campo especializou-se na produção agrícola. Contudo, também observamos que a relação entre ambos os espaços passou por modificações intensas após o desenvolvimento industrial. O duplo processo, como escreve Lefebvre (2001, 1999 [1970]), de industrialização-urbanização provoca tanto na cidade quanto no campo modificações que são evidenciadas atualmente por meio da flexibilização da divisão do trabalho entre ambos os espaços.

Conhecer a periodização histórica da relação cidade-campo é necessário. Todavia a relação entre a cidade e o campo não ocorreu nem ocorre da mesma forma em todos os espaços-tempo. Os apontamentos aqui destacados relacionados à divisão do trabalho entre cidade e campo retratam características específicas da realidade europeia. Nesse sentido, Queiroz (1978, p. 49) afirma que os três tipos de sociedades (tribal, agrária e urbana) destacados por ela “podem ser concomitantes no tempo e no espaço numa sociedade como a brasileira”. Por isso, cabe aqui discutirmos de que modo a divisão do trabalho e a diferenciação entre cidade e campo aconteceram no Brasil e como os estudiosos preocupados com a relação cidade-campo têm procurado compreender as diversas realidades brasileiras.

A particularidade da relação cidade-campo no contexto brasileiro

No Brasil, a diferenciação entre cidade e campo não ocorreu da mesma forma que na Europa, já que, no primeiro, tal processo aconteceu lentamente e impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo que surgiram na realidade europeia. Na Europa, conforme anteriormente mencionado, o processo de urbanização passou por fases de estruturação que duraram séculos, como a partir da divisão do trabalho entre cidade e campo. No Brasil, ocorreu de modo acelerado, ultrapassando as fases da divisão do trabalho verificadas nos países europeus e apoiando-se, durante muito tempo, nas atividades agrícolas e extrativistas.

No início da colonização brasileira, quando os portugueses aportaram, encontraram uma “população relativamente pouco numerosa, dispersa, estruturada em grupos de pequeno porte, tecnologia pobre, nômades, e, portanto, desconhecendo cidades” (Queiroz, 1978, p. 279). Eles viviam organizados em sociedades tribais. Nesse momento, a metrópole tinha interesse em extrair as riquezas que pudessem ser encontradas, como metais preciosos, e utilizar as terras a fim de produzir matérias-primas para serem comercializadas e utilizadas para o enriquecimento dos seus impérios. Como bem esclarece Marx, estamos falando do processo de acumulação primitiva do capital.

Nesse contexto, para melhor domínio, fazia-se necessário um lugar onde se pudessem reunir as atividades políticas e administrativas. Para isso, criaram-se algumas cidades localizadas em pontos estratégicos que, conforme Singer (1995), podem ser chamadas de cidades da conquista. Nestor Goulart Reis Filho expõe que, até meados do século XVII, a rede urbana no Brasil diferenciava-se da que se constitui na Europa, uma vez que, no território brasileiro, ela é instalada tendo em vista “exclusivamente o amparo às atividades da agricultura de exportação”, compondo parte dos serviços necessários ao funcionamento do sistema (Reis Filho, 1968, p. 184). Em relação a essas primeiras cidades brasileiras, Santos (1993, p. 17) afirma que, “no começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”.

Assim, nesse primeiro momento, não existia uma divisão do trabalho entre cidade e campo que fosse baseada em atividades produtivas, já que, na cidade, não havia produção econômica, e a vida socioeconômica se concentrava nas propriedades rurais. Nesse sentido, a população que morava e trabalhava no campo, mais especialmente os proprietários rurais, frequentava a cidade, principalmente em períodos de festividade religiosa ou nos períodos de inverno ou chuvosos. Portanto, “a população de vilas e cidades era quase a mesma da do campo, pois era ela praticamente que ali habitava também” (Queiroz, 1978, p. 280). O autor ainda afirma que a cidade era um prolongamento das fazendas e existia para servi-las.

Do exposto, podemos presumir que não havia uma divisão do trabalho e uma delimitação evidente entre cidade e campo e que a vida entre esses espaços se confundia. Queiroz (1978) também nos chama a atenção para mostrar que a distinção entre cidade e campo não era muito nítida no Brasil e, mesmo atualmente, em alguns municípios, ainda não o é. Esse aspecto, segundo a autora, reflete-se num vício de linguagem que permanece até hoje sendo muito utilizado por nós,

quando, por exemplo, queremos dizer que vamos ao campo e, geralmente, falamos: “vou para o interior”. Logo, embora tendo particularidades, cidade e campo se configuravam como partes de um todo inseparável, em que existia o interior (o campo), disperso, como local dinâmico onde se dava a produção agrícola, e o centro (a cidade), concentrado, como local voltado para a comercialização dos produtos, sobretudo para o mercado externo.

No Brasil, até o século XVIII, a cana-de-açúcar e o ouro eram os produtos mais comercializados para o mercado externo, contudo, posteriormente, no século XIX, houve uma diversificação e passaram a ser exportados outros produtos, como o café, o algodão, o cacau e o fumo⁴⁴. As cidades da conquista eram “um grande arquipélago” (Santos, 1993, p. 26), pois não se relacionavam entre si, e sua economia e produção voltavam-se para atender ao mercado europeu.

Aos poucos, além das cidades da conquista, começaram a surgir outras aglomerações urbanas no interior do país, impulsionadas pelo estabelecimento das fazendas de gado no sertão nordestino. Essa atividade econômica fornecia um excedente alimentar para ser consumido nos engenhos de cana-de-açúcar, nas vilas e nas cidades. Por conseguinte, o processo de ocupação para o interior proporcionou uma divisão espacial do trabalho, em que o litoral se especializou na produção da cana-de-açúcar. Em contrapartida, no Sertão e no Agreste, o complexo algodão-gado-lavouras de subsistência constituiu a base econômica para manter a população brasileira (Andrade, 2007).

Singer (1995 [1973]) explica que o surgimento das fazendas pode ser considerado como o início de um processo de reorganização produtiva porque propiciou a produção de um excedente agrícola comercializável no mercado interno. Considerando que, antes, nas propriedades rurais, havia a produção voltada para o mercado externo e uma pequena produção de alimentos para a subsistência das pessoas que ali viviam e trabalhavam, o comércio nas cidades era restrito às mercadorias exportadas e importadas. Com essa reorganização produtiva, a função comercial da cidade ganha importância, como explica Singer (1995 [1973], p. 102):

⁴⁴ Vale acrescentar que, muito embora os principais produtos comercializados sejam os citados, houve sim um comércio de exportação de produtos básicos, como farinha e rapadura, provenientes do Brejo paraibano nos séculos XVIII e XIX, como bem analisa Ocione Fernandes (2008).

[...] o excedente alimentar produzido pela economia de subsistência vai animar agora uma vida comercial cada vez mais ampla, de um lado, pela comercialização do próprio excedente alimentar, e, do outro, devido aos gastos da classe senhorial em todo tipo de bens de luxo, geralmente importados. Esta classe senhorial, composta tanto por plantadores e por mineradores, que produzem para o mercado externo, como por fazendeiros, que produzem para o mercado interno, retém uma parcela ponderável do excedente colonial que é gasta, em sua maior parte, dentro da colônia.

Nesse contexto, as cidades da conquista que só tinham uma função político-administrativa vão se tornando mais dinâmicas e assumindo o caráter de cidade comercial. No entanto, o movimento que se dava nas cidades ainda ocorria, principalmente devido à produção do campo, tanto o movimento financeiro quanto o populacional, pois, na cidade, não se tinha produção econômica considerável, e a maior parte da população vivia do/no campo. Assim, de modo geral, habitavam as cidades administradores civis e militares, religiosos e comerciantes.

Se associarmos o processo de urbanização ao surgimento e ao crescimento de cidades, esse pode ser considerado um fenômeno muito antigo, que acontece desde tempos remotos, muito antes do aparecimento das indústrias. Todavia, se compreendermos a urbanização como atualmente se caracteriza – um processo de expansão das cidades resultante do processo de industrialização –, questiona-se como caracterizar o processo de urbanização. Como explica Lefebvre, esse é um fenômeno mais recente, que iniciou, na Europa, no fim do século XVIII e, no Brasil, no fim do século XIX. Porém, no Brasil e em alguns países onde a industrialização foi tardia, ao contrário do que aconteceu na Europa, podemos afirmar que houve uma diferenciação entre cidade e campo e uma urbanização antes mesmo do aparecimento das primeiras indústrias, pois, anteriormente havia uma verdadeira divisão do trabalho, a partir da produção, os grandes proprietários fundiários que frequentavam a cidade, com o desejo de modernizar-se, tentaram adotar “o modelo de urbanização ocidental” (Maia, 1994, p. 10). Queiroz (1978, p. 57) defende a hipótese de que,

[...] primeiramente se difundiu no Brasil um gênero de vida⁵⁵, o da sociedade burguesa, a partir de mais ou menos 1820, e antes de entrar o país em verdadeiro processo de industrialização. O novo gênero de vida diferencia a população urbana não apenas segundo níveis econômicos, porém muito mais ainda culturalmente, sendo que as camadas superiores adotam como sinal distintivo o requinte e um arremedo de cultura intelectual. O que é mais, a partir deste momento – julgamos – vida na cidade e vida no campo também passam a diferenciar-se muito em qualquer nível social.

Com base nas reflexões sobre a urbanização brasileira no século XIX, realizadas por Maia (1994) e Queiroz (1978), verificamos que o modo de vida nas cidades começava a divergir em relação ao modo de vida do campo. Esse fato explicitava-se nos objetos materiais importados e, sobretudo, nos costumes vivenciados na cidade que eram reproduzidos conforme as normas vindas dos países europeus, o que fazia com que o comportamento do indivíduo variasse conforme estivesse no campo ou na cidade (Queiroz, 1978).

No Brasil, o processo de urbanização teve níveis e dinâmicas diferentes, dependendo da localização, do período e, principalmente, das políticas econômicas. Em cidades do interior do território, onde o comércio se mantinha da produção agrícola, e essa produção era voltada para o mercado interno, a população urbana, embora se diferenciasse da população do campo, estava muito próxima dele e ainda conservava algumas práticas e hábitos rurais, sobretudo a população que ficava na periferia e nos arredores das cidades.

Somente entre o final do século XIX e começo do século XX, no Brasil, iniciou-se o processo de industrialização no país, com o objetivo de substituir as importações de produtos vindos do exterior. As primeiras indústrias produziam bens de consumo não duráveis, e sua estrutura e seu maquinário eram muito simples.

⁵ É importante destacar que preferimos utilizar a noção de modo de vida à de gênero de vida. O termo *genre de vie* proposto por La Blache, muito utilizado nos estudos regionais, referia-se ao conjunto de hábitos e técnicas desenvolvidos pelos grupos humanos em determinados lugares ou regiões e estava relacionado às particularidades culturais existentes em cada grupo, devido às suas relações com outros grupos e com o meio em que habitavam. Segundo Maia (2000), esse termo, ao ser traduzido do francês para o português, recebeu duas denominações. Alguns autores o converteram do sentido literal para o termo “gênero de vida”; outros traduziram para a expressão “modo de vida”, levando em consideração o sentido anterior. Assim como essa autora, optamos pelo termo “modo de vida”, pois este se refere diretamente a uma maneira ou forma de vida.

Daí em diante, algumas cidades se tornaram cidades industriais. A partir de então, podemos dizer que, no Brasil, começou uma verdadeira divisão do trabalho entre a cidade e o campo, pois, “no seu intercâmbio com o campo, a cidade pôde finalmente oferecer uma contrapartida econômica em troca do excedente alimentar” (Singer, 1995 [1973], p. 111). O desenvolvimento tecnológico e a intensificação da industrialização no país proporcionaram, inicialmente, a divisão do trabalho entre cidade e campo. No entanto, aos poucos, foram se estruturando outras divisões, como a divisão do trabalho entre as regiões do país que, anteriormente, não se inter-relacionavam, apenas mantinham relações com o exterior. Entretanto, no Brasil, a intensificação do processo de industrialização não foi rápida e só veio provocar modificações no crescimento das cidades, a partir da década de 1930 em diante, como destaca Andrade (2007, p. 217-8), que, ao refletir sobre a economia urbana brasileira, afirma:

O Brasil, que fora até os fins do século passado um país eminentemente agrícola, cujas cidades principais, exercendo funções administrativas e comerciais, tinham um crescimento lento, começou a apresentar, a partir de 1900, com a República, um crescimento urbano mais acelerado. Essa aceleração se acentuaria a partir de 1930 e mais ainda na década 1941-50, a ponto de a sua população urbana ter atingido, nessa época, uma porcentagem superior a 36 % do total.

Entendemos que, no Brasil, antes do processo de industrialização se intensificar, a partir do final do século XIX, algumas cidades mostravam um considerável crescimento populacional e um modo de vida diferenciado em relação ao campo. Contudo, o movimento era lento e acontecia devido ao capital obtido nas atividades primárias e à relação de proximidade com o campo. O processo de industrialização provocou uma dinamização nas cidades e resultou em uma grande concentração populacional e de serviços. É a partir daí que se propaga, nas cidades brasileiras, a ideia de que a cidade representava o moderno, e o campo, o atrasado.

Com o avanço do processo industrial, o campo também se modernizou. No Brasil, sobretudo a partir das décadas de 1950-60, a incorporação de tecnologias e a modernização no campo redefiniram as relações cidade-campo, e algumas áreas agrícolas foram dominadas por novos aparatos técnicos e por novas lógicas de produção. Santos (1993) destaca que a modernização agrícola aconteceu de maneira generalizada na região concentrada (que abrange alguns

estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste). No entanto, no restante do país, ocorreu seletivamente. Desde então, observa-se o que alguns autores, entre eles, Guimarães (1977), denominam de “modernização agrícola conservadora”. Esse termo diz respeito às características da modernização agrícola no Brasil, que ocorreu associando a entrada de inovações tecnológicas no campo à manutenção e à ampliação da concentração e da especulação fundiária pelos grandes proprietários rurais.

Tais circunstâncias provocaram a expulsão de pequenos agricultores do campo, forçando-os a migrarem para as cidades, pois a maioria não tinha condições de competir com os grandes produtores e manter sua produção. Assim, esses pequenos agricultores, em grande parte, não proprietários, tiveram como saída procurar na cidade melhorias de vida, onde se alocavam nas mais diversas condições. Muitos mantiveram práticas originárias do campo, por “necessidade” ou por “desejo” (Maia, 1994).

Pelo exposto, verificamos que, no Brasil, o campo sempre esteve muito próximo da cidade. E, embora reconheçamos a existência de fatores responsáveis pela difusão do urbano no campo, como a intensificação da modernização e a reestruturação produtiva, não podemos esquecer a permanência do modo de vida rural que, ainda que se altere com o crescimento urbano, permanece não só no campo, mas também na cidade.

A divisão do trabalho entre cidade e campo, atualmente, é cada vez mais complexa devido a diversos fatores, a saber: a expansão do urbano e a reestruturação produtiva; atividades urbanas, no campo, e rurais, na cidade; além das atividades econômicas que mesclam o urbano e o rural. No campo, temos visto o aparecimento de atividades que reproduzem práticas tipicamente rurais a partir da lógica urbana. É o caso do turismo rural, em que se emprega um modo de vida rural como estratégia de mercado. Outra atividade é a ampliação do mercado imobiliário, em que se utiliza o campo para a construção de condomínios rurais para segundas residências.

Ainda que a expansão do urbano, ao longo do campo, seja uma realidade incontestável, isso não ocorre sempre de modo contínuo, pois, em meio a esse contínuo urbano, persistem discontinuidades rurais. Assim, considerando-se a realidade brasileira, como refere Maia (1994), as ruralidades não são encontradas somente no campo, mas também nas cidades. Partindo dessa compreensão, apresentaremos as noções basilares para esta discussão: cidade, campo, urbano e rural. Nosso intuito é trazer algumas opiniões sobre a relação entre cidade

e campo e entender o fundamento do que delas derivam: o urbano e o rural, pensando, sobretudo, na realidade brasileira.

Cidade, campo, urbano e rural: perspectivas e análises

O desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho determinaram uma organização social e econômica entre cidade e campo, especificando o campo como responsável pela produção agrícola, e a cidade, pela produção industrial, pelo comércio e pelos serviços. Entretanto, atualmente, temos vivenciado uma reestruturação produtiva, cujas atividades econômicas originalmente encontradas nas cidades têm se fixado no campo. Nesse sentido, a relação cidade-campo está despertando cada vez mais a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como sociólogos, geógrafos, economistas, antropólogos, etc., cujas pesquisas têm demonstrado a necessidade de se compreenderem as mudanças provocadas com as novas relações estabelecidas entre a cidade e o campo.

Temos identificado que a maioria dos trabalhos acerca da relação cidade-campo trata da expansão do urbano sobre o campo, em que os autores buscam identificar os novos objetos e entender como se dão as novas relações entre esses espaços. É comum encontrarmos discussões embasadas em conceitos e noções, tais como: novo rural, novas ruralidades, pluriatividade, *continuum* rural-urbano, urbanidades no rural, espaço periurbano, entre outras denominações.

Nessa perspectiva, a fim de fundamentar nossa discussão, procederemos a um debate sobre os pares conceituais cidade/campo e urbano/rural, apontando como tais conceitos foram modificados devido à intensificação do processo de urbanização. E abordaremos as principais perspectivas que vêm sendo construídas sobre a relação cidade-campo, no contexto atual brasileiro.

Anteriormente à segunda metade do século XX, os interessados em entender a cidade e o campo fundamentavam suas pesquisas nas diferenças encontradas entre esses espaços, pois eles eram considerados espaços contraditórios que apresentavam realidades muito distintas. Logo, não havia uma preocupação com a relação que havia entre ambos os espaços – cidade e campo –, a análise era feita baseada na concepção dicotômica e os estudos realizados de modo sistemático e comparativo.

Marx (2007 [1932]) expõe que a “cidade já é obra da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades, ao passo que o campo representa o expoente cabal ao fato contrário,

quer dizer ao isolamento e à solidão”. Nessa assertiva, podemos perceber uma descrição característica de uma análise dicotômica, pois as características de cada espaço são apresentadas com um enfoque nos aspectos opostos – concentração e isolamento – de cada um. É importante frisar que o período vivenciado por Marx – século XIX – foi uma fase de grande efervescência industrial na Europa, onde os contrastes entre a vida urbana e a rural se intensificaram.

No início do século XX, uma das áreas do conhecimento que demonstrou bastante interesse em analisar as particularidades da cidade e do campo foi a Sociologia. As pesquisas nessa área apontavam critérios diferenciados fundamentais para se comparar a sociedade urbana com a rural. Os principais critérios destacados por Solarí (1979) e que eram utilizados nesse período eram: a ocupação dos indivíduos (atividade econômica), o contato com a natureza, a densidade populacional, a diferenciação social, a mobilidade, a estratificação e a interação social, as relações diretas e indiretas e a relação com a vizinhança. Além disso, a cidade e o campo eram compreendidos com base em seu oposto e definidos levando em consideração o outro. Também não havia uma diferença entre forma e conteúdo, ou seja, a cidade e o urbano eram definidos como uma única coisa, assim como o campo e o rural. Por conseguinte, a organização espacial e o modo de vida eram compreendidos a partir de um mesmo conceito.

Tal fato é evidente quando resgatamos as ideias de Park (1973), que atribui ao conceito de cidade aspectos materiais e sociais. Assim, a cidade é composta por instalações necessárias às atividades citadinas, estruturas administrativas e políticas, serviços, mas também por um conjunto de costumes e tradições. Park (1973, p. 28, grifos nossos) afirma que

A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, *ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones* etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – *tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis* de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um *corpo de costumes e tradições* e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Na primeira metade do século XX, Wirth (1973), destacando o urbanismo como um modo de vida, coloca à frente dos estudiosos da época e estabelece uma diferença entre os conceitos de cidade e de urbano ao afirmar que as cidades se limitam à estrutura física, enquanto o urbano pode se espalhar em direção a comunidades rurais, o que possibilita que o modo de vida urbano penetre o campo. Do mesmo modo que Solari (1979) destacou as relações sociais como um critério para diferenciar a sociedade rural da urbana, Wirth (1973) evidenciou, como característica do modo de vida urbano, a substituição dos contatos primários (diretos) pelos secundários e o enfraquecimento dos laços familiares e da relação com a vizinhança.

A diferenciação proposta por Wirth (1973) entre cidade e urbano fica mais evidente a partir da segunda metade do século XX, quando ocorrem mudanças no campo provocadas pela industrialização e pela entrada de equipamentos e de hábitos urbanos. Daí em diante, os autores passaram a identificar urbano e rural como modos de viver e de apropriar o espaço. Em contrapartida, cidade e campo se restringiram a realidades espaciais, que tendem cada vez mais a se relacionar de maneiras distintas produzindo uma realidade complexa.

Da segunda metade do século XX em diante, o interesse em estudar a relação cidade-campo põe-se em evidência. Essa relação passa a ser compreendida por alguns por meio da expressão *continuum* rural-urbano. Um dos primeiros a sistematizar a noção desse vocábulo foi o antropólogo Redfield, que propôs a existência de um *continuum* entre o campo e a cidade, com o intuito de ressaltar as permanências e as transformações sofridas pelas comunidades rurais a partir da influência do modo de vida urbano.

O termo *continuum* rural-urbano vem sendo utilizado, mais recentemente, a partir de várias vertentes. Podemos distinguir três vieses de análise, pois alguns o utilizam para dar ênfase à inevitável urbanização do campo; outros, para explicar o aparecimento de áreas que mesclam aspectos rurais e urbanos; e há os que, apesar de admitirem a existência de um movimento contínuo de expansão do urbano, destacam a permanência do rural tradicional e sua reconstrução.

No primeiro enfoque, observamos uma forte relação do *continuum* rural-urbano com a expansão do urbano sobre o campo. Essa concepção baseia-se na ideia de que ocorrerá uma total “urbanização do campo”, por isso ele perderá as características relacionadas ao rural tradicional e surgirá uma realidade com novos elementos e novas relações provenientes da junção do urbano com o rural, formando, então, o espaço rururbano. O termo “rurbano” é utilizado para dar ênfase

à superação entre os dois espaços, onde desaparecem tanto a vida urbana quanto a rural, ou seja, tem-se uma fusão entre os dois espaços e os dois modos de vida.

Trazemos aqui uma síntese de alguns grupos de pesquisa e de estudos realizados no Brasil que vêm se dedicando à análise das relações cidade e campo. Longe de mostrarmos o conjunto das produções sobre a temática, o nosso intuito é oferecer ao leitor algumas vertentes teórico-metodológicas sobre a temática. Iniciemos pelo grupo coordenado por Graziano da Silva. Este vem desenvolvendo o Projeto Rurbano, que tem como objetivo analisar as principais transformações ocorridas nas últimas décadas no espaço rural brasileiro. Utilizando-se de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os estudos coordenados pelo referido professor pretendem mostrar o crescimento do que denominam de “novo rural brasileiro”. O grupo tem verificado, no espaço rural brasileiro, principalmente no Centro-Sul, mudanças como o aumento de atividades não agrícolas e de pessoas do campo envolvidas nessas atividades e no rendimento dessa população (Silva et al., 2002).

Conforme Silva (1997), o “novo rural brasileiro” é um *continuum* urbano, que se modifica e se encontra cada vez mais urbanizado, devido a dois fatores: ao “processo de industrialização da agricultura” e ao “transbordamento do mundo urbano naquele espaço que, tradicionalmente, era definido como rural”. Graziano da Silva (1997) assevera que o “novo rural” compõe-se basicamente de três grupos de atividades: a) a agropecuária moderna diretamente ligada às agroindústrias; b) as atividades não agrícolas relacionadas à moradia, ao lazer, às atividades industriais e à prestação de serviços; e c) as “novas” atividades agropecuárias, que são as atividades tradicionais do campo que estão sendo revalorizadas pelo mercado capitalista.

Na segunda vertente sobre o *continuum* rural-urbano, verificamos a utilização desse termo para explicar o surgimento de espaços intermediários entre a cidade e o campo, os quais, apesar de ainda não estarem localizados na área urbana, são muito influenciados pelas atividades advindas dela. Nessa perspectiva, os autores consideram que, embora permaneçam características tradicionais rurais no campo, a expansão da malha urbana tem adentrado esse espaço, provocando mudanças socioeconômicas e espaciais. Portanto, ressaltam que o processo de urbanização tem proporcionado o crescimento de atividades não agrícolas associadas às atividades agrícolas, e isso contribui para a formação de áreas complexas de transição rural-urbana, que, apesar de manterem paisagens rurais, mesclam, cada vez mais, as lógicas rural e urbana.

Assim, há grupos de estudiosos que procuram entender o “espaço periurbano”, geralmente, utilizando as ideias expostas sobre o *continuum* rural-urbano. Nesse sentido, destacamos as reflexões que vêm sendo construídas por Vale (2005), que refere que, entre o campo e a cidade, existe um *continuum* espacial que, ao mesmo tempo, interliga e distingue essas duas realidades. Tal área de transição evidencia uma grande interdependência e complementaridade entre esses espaços, por isso é difícil diferenciar o que seria uma paisagem rural ou urbana. A essa área a autora denomina de espaço periurbano.

A outra vertente trata o *continuum* rural-urbano como um processo constante de expansão do urbano sobre o campo, que, apesar de provocar mudanças nas relações cidade-campo e proporcionar o surgimento de novas áreas de transição e novos conteúdos, não elimina os conteúdos originais de cada espaço. Nesse sentido, a existência do *continuum* urbano sobre o campo não provoca uma homogeneização dos espaços, mas uma sobreposição de usos e de práticas espaciais diferenciadas e contraditórias. Poderíamos relacionar vários autores a essa vertente, no entanto a maior parte deles não utiliza a expressão *continuum* rural-urbano para fundamentar suas ideias, ao contrário, criticam-na, afirmando que ela representa a inexorável urbanização do campo e o desaparecimento do modo de vida rural tradicional.

Rosa e Ferreira (2006), todavia, apesar de destacarem as novas relações entre cidade e campo, demonstram uma preocupação acerca da necessidade de estudos que discutam o modo de vida rural e a própria ruralidade, confirmando que, no Brasil, em meio aos processos de transformação, tanto no campo quanto na cidade, existe uma ruralidade em reconstrução interligada ao urbano que carece de análises. Assim, as autoras propõem que se deva pensar no uso da definição de *continuum*, desde que não seja baseado nas ideias relacionadas à dicotomia e à visão voltada para a abrangência total do urbano em contraposição ao rural. Então, consideram que

[...] campo e cidade só podem ser concebidos – na contemporaneidade – em suas relações. [...] E nesse contexto, acredita-se que o conceito de continuum possa ser repensado, não para reforçar a dicotomia urbano-moderno versus rural-atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo, quanto a cidade – e tanto a população rural, quanto a população urbana – são partes de uma mesma sociedade (Rosa e Ferreira, 2006, p. 196).

Como vimos, a ideia de *continuum* rural-urbano pode denotar vários direcionamentos. Aqui, tentamos agrupar em três vertentes principais para facilitar a compreensão. Ressaltamos que, atualmente, podemos encontrar, de maneira clara ou subentendida, cada uma dessas vertentes. A expressão *continuum* geralmente não é utilizada como foco principal nas pesquisas, contudo a forma como é exposta no texto, associada a outros termos e conceitos, auxilia a entender o posicionamento do autor acerca da relação cidade-campo. Logo, para visualizar como tem sido estudada a relação cidade-campo, sobretudo no Brasil, é necessário destacarmos algumas pesquisas realizadas recentemente e os principais conceitos básicos utilizados.

Existem alguns estudiosos e grupos de pesquisa preocupados em compreender as mudanças que vêm ocorrendo nas relações entre cidade/campo e urbano/rural. Tais preocupações já resultaram em frutos como artigos, dissertações e teses sobre o tema. Essa realidade se diferencia bastante de duas décadas atrás, período em que ainda não havia tantos trabalhos e projetos interessados nessa discussão. Entre esses grupos de pesquisa, destacamos o Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF), coordenado pelos professores Glaucio Marafon e Rogério dos Santos Seabra, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que desenvolvem pesquisas e orientam trabalhos que têm como objetivo compreender as mudanças espaciais, sociais e políticas causadas pela crescente urbanização, no interior fluminense, e verificar as estratégias da produção familiar para sobreviver, seja por meio de empregos agrícolas ou não agrícolas, bem como entender o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo.

Assim, os pesquisadores citados debatem sobre as mudanças provocadas principalmente pela intensificação da urbanização e pelo estabelecimento de novas atividades no campo, sobretudo em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro. Para tanto, estruturam as discussões a partir da necessidade de se repensar o rural (a ressignificação do rural) e, a fim de explicar as novas atividades encontradas no campo, utilizam noções e conceitos, como: urbanidades, ruralidades, novas ruralidades, urbanidades no rural e pluriatividade.

Biazzo (2009), Fusco (2005), Marafon (2014), Silva (2008) e Rua (2003) compreendem que o rural, no Rio de Janeiro, já não pode ser associado apenas às atividades agrícolas e que é preciso repensar a existência das atividades não agrícolas no campo. Em relação ao processo de urbanização, entendem que a lógica urbana avança e chega ao campo, no entanto esse processo não causa o fim do

rural, mas proporciona, devido às inter-relações entre urbanidades e ruralidades, o aparecimento de novas ruralidades.

Para explicar a dinamicidade entre as atividades urbanas e as rurais, os autores citados preferem utilizar os termos urbanidades e ruralidades, em vez de urbano e rural, pois urbanidades-ruralidades estão relacionadas a lógicas, a racionalidades e a aspectos culturais (e não, apenas, econômicos), que se territorializam, ao contrário dos termos urbano e rural, que, apesar de se referirem a lógicas e a modos de vida específicos, geralmente estão relacionados a um recorte espacial e, às vezes, precisam desse recorte espacial para ser bem mais compreendidos. Biazzo (2009, p. 79) refere que “o uso das expressões ruralidades e urbanidades parece mais adequado do que ‘rural’ e ‘urbano’, pois expressam maior dinamismo através de identidades sociais que constantemente se reconstruem”.

Rua (2003) afirma que rural e urbano se integram, mas sem se tornarem a mesma coisa, pois preservam suas especificidades. Para chegar a essa assertiva, o autor baseia-se tanto em estudos que centram a análise no urbano quanto em obras que dão ênfase às especificidades do rural. Logo, enfatiza o processo de urbanização da sociedade e, ao mesmo tempo, a permanência do rural, que, segundo ele, se dá, entre outros modos, pela reapropriação de elementos da cultura rural pelo urbano. Assim, propõe o uso das expressões “urbanidades no rural” e “novas ruralidades” simultaneamente, pois, desse modo, é possível ter uma dimensão dos processos que caracterizam as relações entre cidade e campo sem perder de vista a ideia do todo. Para esse autor, “desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar), que marcam o momento atual de (re)significação do rural e da natureza” (Rua, 2003, p. 54).

O fenômeno da pluriatividade, definido por Silva (1997), a partir da perspectiva econômica, como a “combinação de atividades agrícolas e não agrícolas”, vem sendo observado e estudado no interior do Rio de Janeiro pelos integrantes do NEGEF, que têm procurado desvendar essa noção, destacando-a como uma possibilidade de resistência das famílias para permanecerem no campo diante da expansão do urbano e contrapondo-se, portanto, à associação dessa noção somente à expansão de atividades não agrícolas nos espaços rurais. Silva (2008) destaca o caráter heterogêneo e diversificado desse fenômeno ao compreendê-lo como o entrelaçamento da expansão da modernização e da lógica urbana sobre o campo com as estratégias sociais e produtivas de permanência das famílias. Tal perspectiva se reafirma nas pesquisas realizadas por Marafon (2014) ao estudar

o território fluminense e mostrar que cada vez mais, no campo, há atividades não agrícolas, a exemplo da produção industrial e de atividades voltadas para o turismo.

Com base no exposto, entendemos que os integrantes do NEGEF ressaltam, na análise acerca da relação cidade-campo, a sobreposição e a inter-relação entre as lógicas urbana e rural. Utilizando como objeto de estudo municípios ou regiões do interior fluminense, procuram dar ênfase à expansão do urbano sobre o campo e observam tanto as mudanças quanto as permanências. Os termos urbanidades, ruralidades, novas ruralidades e urbanidades no rural são utilizados simultaneamente, visando a dar conta da realidade, que é compreendida como um espaço híbrido composto por várias territorialidades, que são constituídas a partir das lógicas urbana e rural.

No Rio Grande do Sul, alguns professores e estudantes também vêm demonstrando interesse pela temática “relação cidade-campo”, e, assim como no Rio de Janeiro, os trabalhos destacam as mudanças ocasionadas pela expansão da lógica urbana sobre o campo. No entanto, a dissertação de Kozenieski (2010), orientada por Medeiros, apesar de reconhecer o aparecimento de atividades não agrícolas no município (como haras, sítios de segunda residência, estabelecimentos de lazer rural etc.), teve como objetivo analisar a permanência de atividades caracteristicamente agrícolas no município de Porto Alegre.

Kozenieski (2010), para explicar a existência de atividades agrícolas diante da expansão do urbano, utilizou o conceito de território e a noção de territorialidade. Percebemos que as reflexões desse autor são bastante similares às que estão sendo realizadas pelo NEGEF. É possível verificar tal posicionamento quando ele afirma: “A urbanização se faz presente na escala local como a presença de urbanidades no rural. A presença dessas urbanidades não significa necessariamente a extinção do rural, podem representar um espaço híbrido, de convívio desses dois modos de vida, com a conformação de espaços híbridos” e que “a presença de urbanidades não significa o fim do rural, pode representar o convívio dessas suas espacialidades” (Kozenieski, 2010, p. 39).

Como podemos observar, esse autor utilizou os mesmos termos analisados por Rua (2003): “urbanidades no rural” e “espaço híbrido”. As análises acerca da relação cidade-campo são bem semelhantes, contudo, ao invés de destacar as urbanidades no rural, Kozenieski teve como propósito destacar as atividades rurais presentes na área rural do município de Porto Alegre, verificando duas territorialidades: uma expressa por meio da identidade dos produtores com o

lugar e com as atividades agrícolas, marcada pelo prazer e por se manter mesmo diante da especulação imobiliária; e a outra, caracterizada pela estagnação e por ser mantida por agricultores com idades elevadas, que não querem mudar de profissão nem buscar alternativas.

Observamos aqui interpretações sobre a relação cidade-campo que procuram entendê-la na perspectiva da existência e da construção de multiterritorialidades (urbanidades e ruralidades) entre esses dois espaços. Tal concepção foi encontrada entre estudiosos que desenvolvem pesquisas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Conforme suas pesquisas, é necessário repensar a cidade e o campo, pois as relações intensas entre eles têm proporcionado a construção de novas urbanidades e de ruralidades, que são territorialidades sobrepostas num espaço híbrido, onde é difícil definir o que é rural e o que é urbano.

Existem alguns trabalhos desenvolvidos por estudiosos em municípios do interior paulista que, embora não se contraponham a essas reflexões, têm dado destaque aos conceitos de urbanização difusa ou dispersa e espaço periurbano. Estes têm sido utilizados para analisar a relação cidade-campo em municípios onde a urbanização se caracteriza pelo processo de desconcentração espacial, que provoca o crescimento das cidades de maneira espalhada, proporcionando, por conseguinte, o estabelecimento de atividades urbanas em áreas rurais distantes das cidades.

Apesar dos conceitos “urbanização dispersa ou difusa” e “espaço periurbano” ainda serem definições pouco utilizadas no Brasil, alguns pesquisadores, como Sposito (2011) e Reis (2006), têm procurado difundir e utilizá-las, analisando algumas cidades e municípios particularmente do Sudeste brasileiro. Nesse sentido, encontramos dois trabalhos que discutem a relação cidade-campo e que recorrem a esses dois conceitos: um deles é uma dissertação desenvolvida por Noronha (2008), cujo objeto de estudo foi o município de Jundiá-SP; o outro é uma tese realizada por Vale (2005), escrita com o objetivo de definir e compreender o conceito de espaço periurbano como uma categoria de análise geográfica. Esta última autora buscou entender a dinâmica e as características do espaço periurbano no município de Araraquara-SP.

A urbanização difusa ou dispersa caracteriza-se pela expansão não apenas da lógica urbana, mas também da malha urbana de maneira intensa, ou seja, a cidade difunde-se para além dos limites administrativos. É nesse sentido que Dematteis (1998) relacionou, de modo metafórico, essa urbanização a uma mancha de azeite. Essa desconcentração urbana está associada a vários fatores,

como a expansão dos meios de comunicação, a mecanização agrícola e a difusão industrial e de serviços, além da busca da população citadina pela moradia e pelo lazer em áreas rurais não tão distantes das cidades.

Vale (2005, p. 17) e Noronha (2008, p. 117) consideram o espaço periurbano como resultado do processo de desconcentração urbana. Para ambos os autores, o espaço periurbano é uma área de transição rural-urbana onde se verifica uma crescente complexidade e interdependência entre a cidade e o campo. Assim, tanto a urbanização difusa quanto o espaço periurbano estão relacionados à expansão das malhas urbanas e ao surgimento de novos conteúdos em áreas rurais, consideradas áreas de transição rural-urbana.

Sob o ponto de vista de Vale (2005), a característica marcante do espaço periurbano é a plurifuncionalidade. Ela enuncia que, embora a mistura de usos do solo não seja uma característica exclusiva desse espaço, já que são comuns as práticas agrícolas em áreas urbanas e a implantação de indústrias em áreas rurais, “no espaço periurbano, essa mistura pode ser tão intensa, que dificulta a separação entre o que é rural (ou agrícola) do que é urbano. Isso permite que a dinâmica periurbana tenha características próprias” (p. 81-2). Pablo Gutman et al. (1987, p. 17), analisando o espaço periurbano da Grande Buenos Aires, também salientam que “es un área de competencia de numerosos usos, y por ello mismo de conflictos potenciales. Notoriamente el uso rural es el más débil, el que cede espacio frente al avance de las otras actividades”.

A partir do exposto, verificamos que se tem discutido muito sobre a intensificação e a expansão da urbanização sobre o campo. Os debates a respeito do fenômeno urbano e a relação cidade-campo geralmente baseiam-se em abordagens centradas nos novos conteúdos e nas novas relações que vêm surgindo entre a cidade e o campo. Contudo, isso não significa dizer que as reflexões expostas até aqui não reconheçam a permanência do rural tradicional, mas queremos destacar que a maioria das pesquisas utiliza como objeto de análise o aparecimento das novas ruralidades, como, por exemplo, as agroindústrias, as segundas residências, o turismo rural, a pluriatividade etc., provocado pela expansão do modo de vida e dos equipamentos urbanos sobre o campo.

Uma outra perspectiva de análise da relação cidade-campo é desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau), da Universidade Estadual do Ceará, liderado pelos professores Denise Elias e Renato Pequeno, e pela Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas, coordenado por Eve-Anne Buhler, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ambos os

grupos reúnem pesquisadores que desenvolvem estudos sobre a transformação da produção no campo, particularmente a partir da reestruturação dos processos produtivos e das relações sociais de produção e as suas repercussões nos circuitos espaciais e na conformação do que denominam de regiões do agronegócio globalizado. A produção acadêmica dos pesquisadores é intensa e muito vem contribuindo para desvendar as mudanças nos arranjos produtivos no território brasileiro e que incidem no pensar as relações cidade e campo, rural e urbano.

Elias (2018) expõe, na introdução da obra *Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas e estruturação urbano-regional*, como principais vetores da remodelação do território brasileiro: “a descentralização industrial; a difusão do agronegócio; a guerra dos lugares pelos investimentos produtivos; as especializações produtivas do território, entre outros” (p. 9). Destaca-se aqui a discussão efetivada por Elias e Pequeno (2018) a respeito da (re)estruturação urbano-regional e da cidade. A partir dos estudos realizados na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, os autores desvelam os arranjos produtivos na região “comandada” pela respectiva cidade, bem como as “interseções derivadas de associações entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano” (ELIAS, 2018, p. 13).

Em publicação na revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (*Revista da Anpege*), Castillo et al. (2016) discutem as relações cidade e campo e a reestruturação urbana. Os autores entendem que a

sociabilidade urbana estende-se ao campo modernizado que, por sua vez, demanda funções urbanas que respondam ao consumo produtivo da agropecuária intensiva, tais como comércio e serviços especializados, armazenamento e processamento de matérias-primas agrícolas, finanças, logísticas, administração e contabilidade agrícolas, assistência técnica, dentre outros (p. 268).

Eles acrescentam que, dada a complexidade das interações espaciais, as relações campo-cidade se transformam, especialmente as pequenas e médias cidades, evidenciando-se as cidades funcionais ao campo moderno. Por conseguinte, acirram-se as desigualdades sociais e as contradições de classe.

Observa-se que há uma preocupação por parte dos pesquisadores, especialmente no campo da geografia, em entender as transformações e as novas conformações e reestruturações das relações cidade e campo, seja do ponto de vista das relações de produção, das relações territoriais e interesaciais e regionais e mais propriamente dos pares que se apresentavam como antagônicos, como

cidade e campo. Pois, de fato, não se pode mais compreender as relações cidade e campo a partir da clássica divisão territorial do trabalho. As relações sociais de produção se transformaram, os arranjos produtivos foram e continuam sendo reconfigurados, bem como o próprio processo de urbanização se torna mais complexo. Há, portanto, algumas questões que carecem de novas reflexões: como entender os espaços periurbanos, considerando os processos de dispersão urbana? Ao tempo em que se dão as transformações das cidades em razão da modernização do campo e que acirram as desigualdades sociais, como se dão as repercussões de tais processos nas cidades externas às denominadas regiões do agronegócio? De que maneira os novos assentamentos agrários, a luta dos movimentos rurais, repercutem nas relações campo e cidade e rural e urbano?

Mesmo considerando as diversidades do território brasileiro, fato é que há um acirramento das desigualdades socioespaciais e os espaços antagônicos persistem quiçá de forma latente: grandes condomínios residenciais verticais e horizontais ao lado de áreas ainda rurais com criação pecuária e que normalmente funcionam como áreas de pousio ou de especulação imobiliária; novas empresas agrícolas onde trabalham habitantes das cidades; feiras agroecológicas com produtos provenientes dos assentamentos agrários e grandes estabelecimentos comerciais que também oferecem produtos orgânicos; movimentos de luta por moradia e movimentos de luta por terra; produções agropecuárias que utilizam tecnologia de ponta e pequenas produções de alimentos e de animais para consumo familiar em quintais ou em áreas de ocupação precária nas cidades.

Considerações finais

Com base no exposto, compreendemos que há uma lógica dominante expressa na expansão da urbanização sobre o campo. Contudo, reconhecemos que, embora haja um inevitável *continuum* da cidade sobre o campo, tal fenômeno não provoca uma total homogeneização dos espaços, pois a produção do urbano implica a sobreposição de usos e de práticas espaciais diferenciadas e contraditórias, mas que se complementam. Em outras palavras, apesar do processo avassalador com a tendência a transformar o mundo “homogêneo”, não há uma extinção por completo das diversidades. Mesmo fragmentadas, persistem diferenças e resistências, enfim os resíduos. Isto é, as sobrevivências de tempos e de espaços que muitas vezes sobrevivem no todo ou em parte.

Referências

- ABREU, Mauricio. “Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVIII”. *Revista GeoUsp*, n. 7, p. 13-25, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Formação territorial e econômica do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007.
- BLAZZO, Pedro Paulo. *Relações campo-cidade na região norte-fluminense: ruralidades e urbanidades em transformação* (dissertação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- CASTILLO, Ricardo et al. “Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana”. *Revista da Anpege*, Associação Nacional e de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, v. 12, n. 18, p. 265-88, 2016.
- DEMATTEIS, Giuseppe. “Suburbanización y periurbanización, ciudades anglosajonas y ciudades latinas”. In MONCLUS, F. J. *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: CCCB, 1998.
- ELIAS, Denise. “A pesquisa, os mecanismos de interação e a coletânea”. In _____ e PEQUENO, Renato. *Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 9-24.
- _____. e PEQUENO, Renato. *Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- FERNANDES, Ocione do Nascimento. *A produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahyba do Norte (1793-1883)* (dissertação). Universidade Federal da Paraíba, 2008.
- FUSCO, Fabrício Marini. *Entre campos e cidades: uma busca pelas multiterritorialidades fluminense* (dissertação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- GUTMAN, Pablo et al. *El campo em la ciudad: la producción agrícola em la Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones CEUR, 1987.
- KOZENIESKI, Éverton de Moraes. *O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS*. (dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. “Notas sobre a Cidade Nova”. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 137-47.
- _____. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a.
- _____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.
- _____. *O direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. Trad Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MARAFON, Glaucio José. “Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade”. *Campo-Território, Revista de Geografia Agrária*, edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-13, jun. 2014.

- MAIA, Doralice Sátyro. *O campo na cidade: necessidade e desejo (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB)* (dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.
- _____. e _____. *A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemã em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MERRIGTON, John. “A cidade e o campo na transição para o capitalismo”. In HILTON, Rodney. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- NORONHA, Elias Oliveira. *O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no município de Jundiá-SP* (dissertação). Universidade Estadual Paulista, 2008.
- PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 25-66.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- _____. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- ROSA, Lucelina Rosseti e FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. “As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*”. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão e WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 187-204
- RUA, João. “A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica”. *Revista da ANPEGE*, ano 1, n. 1, p. 45-66, 2003.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SILVA, José Francisco Graziano da. “O novo rural brasileiro”. *Revista Nova Economia*, v. 7, n. 1, p. 1-28, maio 1997.
- _____. et al. “O que há de realmente novo no rural brasileiro”. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, EMBRAPA, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan.-abr. 2002.
- SILVA, Claudia Maria Arantes. *Relações de trabalho no espaço rural friburguense: pluriatividade e complexificação das relações sociais de produção* (dissertação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- SMITH, Adam. *Riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1986.

- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOBARZO, Oscar. “O urbano e o rural em Henri Lefebvre”. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão e WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SOLARI, Aldo. “O objeto da sociologia rural”. In SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo (orgs.). *Vida rural e mudança social*. 3. ed. São Paulo: Editorial Nacional, 1979, p. 3-14.
- SOUZA, Sonale Vasconcelos de. *Relação cidade-campo: permanência e recriação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande-PB* (dissertação). UFPB, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação. “A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais”. In CARLOS, Ana Fani A. et al. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-46.
- VALE, Ana Rute do. *Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)* (tese). Universidade Estadual Paulista, 2005.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.